

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007, SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2006

Presidente em exercício, Vereador Flávio Andrade: ""Estamos realizando então mais uma Audiência Pública, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal; essa Audiência Pública é a Prestação de Contas que é feita a cada quatro meses pelo Poder Executivo e é feita numa Audiência Pública na Câmara Municipal. Justificar a ausência do Presidente, pediu que a gente dirigisse, eu e o Vereador Kuruzu dirigisse essa Audiência Pública. Convidar para estar com a gente o nosso Vice-Prefeito Renato Figueiredo, compor a nossa mesa. Nossa mesa vai ser composta e depois descomposta para podermos assistir também, e convidar o nosso Secretário de Planejamento e Gestão, o Professor João Bosco de Oliveira Perdigão, para estar com a gente também aqui na frente; registramos a presença... obrigado Perdigão... a presença dos Secretários Municipais Gabriel Gobbi, de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Secretário Municipal de Saúde, Doutor Ariosvaldo Figueiredo, Secretária Municipal de Assistência Social substituindo o Secretário Cícero, Silvânia Rossi, o Controlador Geral do Município Marcos Moura, a Procuradora Jurídica Doutora Lídice, Lange, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, outros diretores e assessores da Prefeitura. Pela Câmara, estão o Vereador Kuruzu e eu, essa é a Audiência Pública relativa ao terceiro Quadrimestre do ano de dois mil e seis. Registrando que mesmo isso sendo uma obrigação legal, nem sempre foi cumprida no nosso município, a gente sempre está ressaltando isso. Temos um instrumento semelhante a esse na Saúde a cada três meses, o Secretário de Saúde também tem que vir à Câmara prestar contas da administração do serviço de saúde, e tem sido feito religiosamente a cada três meses, o Secretário Ariosvaldo vem com toda a sua equipe. Então, isso é um instrumento cidadão, que abre a participação, que obriga a transparência no trato da coisa pública. Então, a gente fica feliz de estarmos não como vereador aqui, Kuruzu e eu, mas como membros de um grupo político que não só cumpre a Lei, mas cumpre a Lei sintonizado com a ideologia que prega, de abrir um serviço público ao cidadão. Infelizmente não temos uma representação na sociedade tão grande, como a gente esperaria que estivesse, mas o importante é nós estarmos cumprindo como Câmara e Poder Executivo, a nossa obrigação, e é com satisfação que a gente faz mais esse momento. Vou pedir uma mensagem rápida do nosso Vice-Prefeito Renato Figueiredo, para que ele possa falar em nome do Executivo, e depois passaremos a palavra ao Secretário João Bosco de Oliveira Perdigão, que fará então, a nossa exposição." Renato Figueiredo: "Uma boa noite... nosso Vereador Flávio Andrade, quero cumprimentar também nosso Vereador Wanderley Rossi Júnior, o nosso querido Kuruzu, à todos presentes, Senhores Secretários presentes, servidores, diretores de várias Secretarias que estão aqui presentes, e o nosso Secretário de Planejamento e Gestão, Professor João Bosco Perdigão. Como o Vereador Flávio Andrade colocou, é uma oportunidade de estarmos fazendo mais uma prestação de contas em uma Audiência Pública, um compromisso feito desta administração é do Prefeito Angelo Oswald, de dar a maior transparência à nossa administração. E como se não bastasse também, por imposição da lei de responsabilidade fiscal; ela nos determina que de quatro em quatro meses, a gente através de uma Audiência Pública, a gente coloque ou venha fazer a demonstração de como está sendo gerido ou gerenciado as finanças do município. E nada melhor do que fazermos esta Audiência Pública na Casa do povo, nessa Câmara Municipal de Ouro Preto, e eu registro aqui os meus agradecimentos pela sessão do espaço e perante os membros que deveriam de ser da comissão de finanças públicas da Câmara Municipal de Ouro Preto. É uma oportunidade de estarmos fazendo esta Prestação de Contas, mostrando de uma maneira geral, como foi regida essas nossas finanças no ano de dois mil e seis, de uma maneira total da Prefeitura, e também de individualizadamente de cada uma das Secretarias. Essa matéria está, afeta a Secretaria, como eu já disse do Planejamento e Gestão, e vamos ouvir aí então as demonstrações que serão feitas pelo Secretário João Bosco Perdigão. Eu agradeço a atenção aí de todos." Presidente em exercício: "A Câmara que agradece a presença do nosso Vice-Prefeito Renato Figueiredo! O Vereador Kuruzu quer fazer, falar mensagem? Vamos então, direto ao assunto, propor que a gente desça e deixemos aqui o nosso microfone com o Secretário Perdigão, para que ele possa apresentar. Após apresentação vamos abrir então o espaço para perguntas, para dúvidas, para questionamentos, críticas e sugestões.

Então, com a palavra o nosso Secretário Perdigão." Perdigão: "Boa noite a todos, todas, cumprimentar aqui ao Flávio, Presidente da sessão, presidindo essa sessão, o Vereador Kuruzu, os companheiros, colegas de trabalho da Prefeitura aqui presentes, público em geral, servidores da Câmara, imprensa presente. Reforçando as palavras do Flávio, é sempre bom, importante a gente ressaltar, esse compromisso, ele vai além do aspecto legal, é um compromisso da atual administração, nós pregávamos isso no passado e temos procurado zelar por aquilo que acreditamos e pregávamos anteriormente, estando participando da administração, de dar o máximo de transparência à execução da Administração Pública. Registrar que a gente tem aqui um grande número de participantes da administração, eu vou colocar em linhas gerais e evidentemente depois abre-se o espaço para que possa ser, se necessário, melhor qualificado por Secretaria dependendo de como a dinâmica, o público próprio e os vereadores entenderem melhor. Mas eu registro que a presença de vários diretores e Secretários aqui, possibilitem inclusive que possa melhor qualificar aqueles números que nós vamos estar apresentando aqui. A dinâmica que nós vamos apresentar a seqüência metodologia é a mesma que a gente vêm apresentando no ano anterior e nesse ano e no primeiro e segundo quadrimestre. Esse é o terceiro quadrimestre, e portanto, ele reflete, consolida os dados do ano de dois mil e seis. Nós vamos ter a metodologia de apresentação vai ser, a gente apresenta receita, grandes números, e depois despesa em grandes números, na seqüência a gente detalha a receita, depois em detalhamento de despesa, depois a gente vai entrar em Secretarias, aí foi a solicitação da Câmara, que a gente procurou atender agora, é apresentar planilha detalhada por cada uma das unidades orçamentárias, em outras palavras por cada Secretaria. Então, essa é a metodologia que nós vamos usar, vamos trabalhar com tabelas e gráficos também atendendo a uma sugestão aqui da Câmara, em particular do Flávio, e realmente acho que facilita a compreensão. Bom, nós temos... Bom, aqui é a receita então, em grandes números a receita corrente do município, na primeira coluna que está previsto inicialmente e depois o dado atualizado. Lembrando que a receita, ela tem uma projeção e ela tem a sua realidade; então, tem números projetados e depois o realmente realizado. A receita corrente do município foi da ordem de cento e quinze milhões e a receita de capital da ordem, de seis milhões e setecentos, perfazendo um total de... deduzindo de Fundef, que você tem uma projeção total da receita e deduz uma parcela que vai para formar o Fundo Nacional da Educação. Então, a receita corrente do município, a receita total de cento e dez milhões, corrente, cento e quinze, adicionado lá a receita de capital, dá um valor, você deduz aqueles dez milhões, o município teve que operar cento e dez." "Alguém da platéia falou alguma coisa (inaudível)" Perdigão: "Isto. O Flávio está chamando atenção, então, é importante isso aqui, por que gente? Vamos ver lá, a receita de capital prevista, era de trinta e seis milhões, e se realizou seis e setecentos, o que que é a receita de capital? É aquele recurso que o município busca principalmente junto ao Estado e a União. Há uma expectativa que, em parte ela não se realiza, evidentemente é bom sonhar, sonhar alto, agora tem um problema porque gera expectativas, mas a prática de elaborar o orçamento tem sido de uma estimativa otimista de receita de capital que, infelizmente ainda tem sido realizado num valor muito aquém daquela expectativa nossa..." Vereador Kuruzu: "(inaudível)" Perdigão: "Cento e dez! Ah, as receitas correntes? Mas ali você tem que deduzir o Fundef tá?" Alguém da platéia falou alguma coisa (inaudível) Perdigão: "É você tem que reduzir lá uns dez, cento e quinze menos... cento e quatro. Então, a receita corrente cento e quatro. Só aproveitando a pergunta do Kuruzu, a receita corrente real por que deduz do cento e quinze o Fundef, a receita corrente real foi cento e quatro; a de capital, lembrando que normalmente ela está vinculada já a determinada despesa. Bom, aqui então, nós estamos trabalhando agora com um quadro de despesas, grandes despesas..." Vereador Kuruzu fez uma pergunta (inaudível)" Perdigão: "O Seis e setecentos de capital? Eu não tenho! Luís talvez tenha, possa detalhar mais a questão da receita de capital. Daqui a pouco nós vamos trabalhar isso em detalhes. Volta aí Luís, o gráfico só para mostrar... o gráfico então, que evidenciou a receita, ali está por natureza a grande parte da receita é transferências constitucionais, ICMS, Fundo de Participação do Município. O gráfico evidencia bem que da receita real do município, total do município, boa parte se dá pelas transferências constitucionais. Despesas, da mesma forma que é receita nós temos despesas corrente, despesas de capital, despesa corrente inicial, noventa e três prevista e a realizada final, noventa e seis milhões. A de capital, dezessete milhões perfazendo um total de cento e treze milhões, depois vocês vão ter esse material. Cento e treze milhões. Então, aqui está evidenciadas as despesas, despesa corrente, despesa de capital. Os grande números. Bom, ali um gráfico que mostra a variação da receita corrente ao longo dos meses de janeiro a dezembro... só me permitir aqui, uma falha minha na apresentação inicial aqui, é que na verdade esse

dados, eles são um trabalho coletivo somado por todas Secretarias, agora o trabalho final de compilação e do planejamento da Fazenda registrando a presença do Human e a equipe, mas é um trabalho conjunto da Secretaria de Planejamento e Fazenda. Ali mostra então, como variou a receita ao longo dos meses, dá para se ver que há uma oscilação muito grande na receita ao longo do ano. O mês de janeiro, historicamente tem sido o de melhor arrecadação." Vereador Kuruzu: "Fez uma pergunta inaudível. Perdigão: "Corrente líquida é quando você deduz o Fundef, e outra, basicamente o Fundef. Bom, aqui é a evolução da receita bimestralmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que o município publique no início do ano a meta de arrecadação bimestralmente, então, isso é a previsão e isso é o realmente realizado, é o realizado, melhor dizendo, receita prevista e receita realizada é uma exigência da Lei para facilitar a execução orçamentária, evitar problemas na execução. Então, ali está mostrando: a primeira coluna é o previsto e a segunda coluna é o realizado mês a mês. Podemos ir para a frente? Bom, aqui ele está mostrando receitas do município anual dois mil e dois a dois mil e cinco, esse é um quadro interessante que ele mostra o comportamento da receita do município. E nós pegamos a série histórica, partindo de dois mil e dois, de dois mil e dois a dois mil e seis, pegando receita corrente, receita de capital e detalhando essas receitas. Aqui está destacado duas receitas de nível municipal: o IPTU e o ISSQN. Grande destaque aqui para o imposto sobre serviço de qualquer natureza, que de dois mil e dois a dois mil e seis, ele evoluiu de dois milhões e oitocentos para sete milhões e novecentos..." Problema na gravação. Perdigão: "Cfem, Cfem houve uma evolução, chegamos a nove milhões e caiu aí para seis milhões e novecentos; é a questão das mineradoras, essa questão da Vale ter deslocado o pólo da mineração dela para Brucutu, e tem aquela questão da disputa não é isso Human? Com Congonhas, também agora Mariana então, tem esse oscilação..." Vereador Kuruzu: "Perguntou alguma coisa (inaudível)" Perdigão: "Nove milhões e ela caiu para seis e novecentos, nossa estimativa era de doze, nós estávamos otimistas inicialmente pensando em doze..." Vereador Kuruzu: "Perguntou alguma coisa (inaudível)." Perdigão: "Sete milhões... a causa por Mariana, não é o Darf, é do ICMS, desculpa. Bom, aqui é um quadro então que mostra em gráfico, esse comportamento da receita na evolução anual..." Vereador Kuruzu: "Perguntou alguma coisa (inaudível)" Perdigão: "IPTU e ICMS também aparece..." Vereador Kuruzu: "Perguntou alguma coisa (inaudível)" Perdigão: "Bom aí eu não sei o Human... não sei se o Geraldo está presente... uma pergunta aqui, que eu não sei se no momento tem como responder ou se teria... kuruzu, você quer fazer a observação? A pergunta novamente?" Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "É separando né?" Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "É o estado..." Vereador Kuruzu: "(Inaudível)" Perdigão: "Aqui também, chamar a atenção para o ICMS que tem crescido, e o IPVA, que é um imposto que cinquenta por cento, quem arrecada na origem é o estado, cinquenta por cento ele devolve ao município, base de arrecadação, no caso de Ouro Preto também tem uma evolução, claro que a consequência a frota crescendo na rua e o problema para disciplinar o trânsito (inaudível). Mas a receita está, é crescente também lá do IPVA..." Perdigão: "Cfem, Human, o Cfem é aquela questão do DNPM, que teve até uma Audiência Pública, porque quem faz na Lei, quem originalmente faz o controle, fiscalização é o Departamento Nacional de Produção Mineral, tem um problema de fragilidade, como foi colocado aqui na Audiência Pública pelo (inaudível) César, mas está tendo uma negociação com as mineradoras, você tem algum dado Human, para enriquecer isso?" Perdigão: "Todo mundo ouviu a explicação? Bom, passar para gráfico Luís? Então, aqui é uma evidênciação em gráfico daqueles números... Bom, evolução da despesa do município, ali a gente detalhou receita, agora vamos detalhar um pouco as despesas. A despesa de dois mil e quatro, comparando dois mil e quatro, dois mil e cinco e dois mil e seis, despesa corrente e despesa de capital, e dando destaque ali na despesa corrente, a parte de pessoal. Nós evoluímos de uma despesa corrente em dois mil e quatro, de sessenta e três milhões para noventa e um milhões em dois mil e seis, claro que cresceu a receita, evidentemente a possibilidade de crescer a despesa. A despesa de capital, ela tem uma variação porque ela depende dessa captação junto ao Estado e a União, ao Estado e a União basicamente. Então, a despesa total evoluiu de setenta e oito milhões para cento e oito milhões. E aqui mostrando... Depois nós vamos dar um destaque na despesa de pessoal mais a frente..." Vereador Kuruzu: "Perguntou alguma coisa (inaudível)" Perdigão: "Bom, aqui entra agora gente, em um quadro, é ele é mais técnico, é da Lei de Responsabilidade Fiscal, é bastante técnico. O que nós vamos dar destaque aqui é a questão do percentual; a lei exige que o município aplique no mínimo quinze por cento em saúde, e vinte e cinco por cento em educação, esse quadro aqui, ele mostra como é que comportou a questão da aplicação do município em saúde, comparando dois mil e cinco e dois mil e seis, a exigência legal de quinze por cento, em dois mil e cinco a

atual administração aplicou dezoito vírgula vinte dois em saúde em dois mil e cinco, e vinte e dois vírgula vinte e oito em dois mil e seis. Essa projeção, é em cima de um, tem um cálculo, a base de cálculo, você deduz algumas receitas da base de cálculo, principalmente Fundef, mas tem outros, e a base de cálculo então é, aproxima da receita corrente líquida. Bom, aqui com ensino, no caso do ensino, vamos lá o percentual, a Lei exige vinte e cinco por cento no caso da educação, município, a atual administração aplicou em dois mil e cinco vinte e sete vírgula quarenta e oito por cento, em dois mil e seis vinte cinco vírgula quarenta e nove por cento, todos dois obedecendo a legislação, vinte e cinco vírgula quarenta e nove." (Inaudível) Perdigão: "Aqui do Fundef em rela... são gasto com o pessoal Luiz? Aquela outra tabela, aqui é um... também dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, é com relação ao Fundef, a transferência de Fundef e a aplicação da ordem de sete milhões, trezentos e sessenta e cinco em dois mil e cinco e sete quatrocentos e sessenta e um em dois mil e seis. Esse é um quadro mais para observação legal, junto ao tribunal, ele é mais técnico; e aqui os percentuais mostrando..." (Inaudível) Perdigão: " Isso aqui é importante, o município repassa para formar o bolo nacional do Fundo Nacional de Educação, e ele recebe o retorno desse bolo, tem uma legislação que distribui, obedece entre outros parâmetros, números de alunos. O município de Ouro Preto, ele tem contribuído mais do que tem recebido, normalmente os município menores tendem a receber mais do que, de menor receita, tendem a receber mais do que eles repassam." Vereador Kuruzu: "perguntou alguma coisa (inaudível)". Perdigão: "Segue a Lei com (inaudível) de estado." Vereador Kuruzu (Inaudível) Perdigão: "É aplicando a legislação nacional, Luís, você tem, ou quer detalhar isso aí? O Luís que é o técnico dessa..." (Inaudível) Perdigão: "Luís, eu acho que eu me, eu que talvez tenha me equivocado, faça..." (Inaudível) Perdigão: "Deixa eu só aproveitar e registrar para os presentes, acho que boa parte conhece, o controlador, o Marcos Moura, e o Edmundo que é Superintendente de Contabilidade, então, a questão coisa que eles podem contribuir, como estão contribuindo." Marcos Moura: "Quando eu observei isso na educação, eu pedi em setembro, outubro a grade curricular, foi exatamente para chegar a essa condição, para saber o meu percentual de professores em sala de aula e o número de alunos assistidos. Eu falei assim: nós podemos fazer até fazer com o mesmo recurso e sobrar dois milhões, e voltar dois milhões para educação porque essa diferença vai diminuir, eu posso crescer o número de alunos com o mesmo dinheiro, então vai sobrar mais dinheiro para educação, sem gastar um real a mais. Isso que ele está falando é que foi uns dos pontos da auditoria na educação." (Inaudível) Perdigão: "Nós vamos entrar agora gente, num detalhamento da despesa com o pessoal. Gasto com o pessoal aqui, dois mil e cinco, mês a mês e o total fechando ali, dois mil e cinco. Aqui é a receita, o total da despesa, aqui ela está detalhada é a parte com encargos, é base de cálculos, os encargos, o total. O que importa aqui então, dois mil e cinco trinta e nove milhões para uma receita, de noventa e cinco, o percentual, quarenta e um vírgula vinte e sete, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela aponta para o máximo de cinquenta e quatro por cento, enquanto na saúde e educação a aplicação mínima para saúde, para educação o pessoal é inverso. É o máximo que o município pode aplicar com o pessoal." Vereador Kuruzu: "O gasto com o pessoal em dois mil e cinco?" Perdigão: "Quarenta e um vírgula vinte sete por cento da receita corrente líquida." Vereador Kuruzu: "Dois mil e seis." Perdigão: "Dois mil e seis, quarenta e oito vírgula cinquenta e sete por cento, para uma receita de cento e quatro e uma despesa de cinquenta e dois milhões. Então, ali, nós detalhamos mês a mês, para o ano de dois mil e cinco e dois mil e seis." Vereador Kuruzu: "(Inaudível)". Perdigão: "Inclusive no mês de dezembro na hora que você paga o décimo terceiro ele sobe..." Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "Esse ano está sendo a grande ginástica com a ajuda de coordenação orçamentária financeira, cujo o Presidente é o controlador interno Marcos Moura, o grande exercício nosso está sendo a ginástica em relação a dois mil e sete, o que a Câmara aprovou é da ordem de quarenta e sete milhões, nós estamos estimando quarenta e seis por cento, fixando em quarenta e seis por cento a nossa meta para dois mil e sete." Vereador Kuruzu: (Inaudível) Perdigão: "Estamos fechando o processo, basicamente fechando agora em fevereiro." Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "É enquadrado! Só que nós temos alguns problemas, por exemplo, tem uma gratificação da saúde que não está contemplado ainda na folha. E alguns professores contratados por uma gratificação de professores contratados. Mas estamos fechando na ordem de três milhões e... projetando com esse resíduo ai quatro milhões a folha." Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "Em janeiro foi nove e meio." Alguém falou alguma coisa (Inaudível). Perdigão: "Mas nós temos que trabalhar na projeção anual..." Alguém falou alguma coisa (Inaudível). Perdigão: "Ela não vai aparecer como despesa de pessoal." Alguém falou alguma coisa (Inaudível). Perdigão: "Vou reforçar o que o Marcos falou aqui o que ele está reforçando lá, o que ele diz, é que nós estivemos

despesas ao longo de dois mil e cinco, por exemplo, Projeto Sorria, com o pessoal prestando serviço lá e aparecendo na nossa folha de pagamento. A correção está sendo feita, hoje foi assinado com a Santa Casa, e isso corrige essa... então, o município vai ter essa despesa, mas de outra forma, contratualizando uma prestação de serviço no caso da Santa Casa, o repasse à Santa Casa, e ela contrata o pessoal, a mesma coisa para o Projeto Sorria." Vereador Kuruzu: "Por exemplo, eu vou contratar uma empresa normalmente para terceirizar, aí o que vai gastar com essa empresa entra também na folha de...?" Perdigão: "Não!" Alguém falou alguma coisa (Inaudível). Vereador Kuruzu: "Não, estou perguntando o seguinte: Essa é a pergunta, vai terceirizar a limpeza e a vigilância por exemplo?" Perdigão: "Não!" Vereador Kuruzu: "Vai contratar uma empresa e essa empresa vai contratar os vigilantes, os faxineiros, aí isso não entra no gasto de pessoal? Perdigão: "Não!" (Inaudível). Vereador Kuruzu: "Dá para defender a tese de que não entra então... dá para defender a tese." Perdigão: "E nós trabalhamos com isso, essa que vai ser a... a despesa (inaudível), só que ela não fará..." Vereador Kuruzu: "Mas isso é muito fácil manobrar então, se você resolver contratar cinqüenta por cento dos servidores do município dessa maneira..." Perdigão: "Não, mas aí é o que Marcos falou, depende da natureza do serviço..." (inaudível) Vereador Kuruzu: "Isso pode fazer com faxineiro, vigilância, trabalho em cozinha, cozinheiro também? (inaudível) Perdigão: "Bom, ali então, está mostrando a comparação entre dois mil e quatro, o gráfico, evidenciando esse comportamento da despesa, dois mil e quatro dois, mil e cinco e dois mil e seis, Prefeitura e Câmara. Então, nós estamos revelando aqui também o comportamento da despesa com o pessoal com a Câmara. Essa segunda coluna, é a evolução da despesa, a primeira no Executivo, aqui o Legislativo, a Câmara. (inaudível) Perdigão: "Tem, na tabela lá..." (inaudível) Perdigão: "Entra... bom na Casa da Câmara... mas provavelmente sim." (inaudível) Perdigão: "Desculpa, eu entrei nessa área errada aqui, é porque eu estou raciocinando a coisa." Vereador Kuruzu: "Eu gasto... a Câmara tem o salário do vereador, tem a verba indenizatória e sete assessores para cada vereador, então, deve entrar aí esses sete assessores que foi criando e..." (inaudível) Vereador Kuruzu: "Não, a indenizatória não mas a verba do assessor..." (inaudível) Vereador Kuruzu: "Não é chamada verba de gabinete não, é?" (inaudível) Vereador Kuruzu: "É uma indenizatória." Vereador Kuruzu: "A outra chama verba de gabinete?" (inaudível) Perdigão: "Bom, essa aqui é uma questão histórica do município, é a questão da hora extra, tão debatida aqui na Câmara, de dois mil e dois até dois mil e seis, como que evolui. Ali estão separado três linhas, a gente tem: a educação, saúde, as demais Secretarias e o total. Esse gráfico aqui, então, evidencia o comportamento da hora extra, a primeira coluna é a educação, a segunda são as demais Secretarias e a terceira é a Saúde, ah desculpa, a primeira é a saúde!" Vereador Kuruzu: "Saúde é que lavou a água aí! A Saúde já tinha o plano de cargos e salários antes já ué!" Ariosvaldo: "Por exemplo, os médicos que estavam na Santa Casa, a maioria deles eram funcionários da Prefeitura e recebiam os plantões como hora extra por exemplo, entendeu? Havia também a sistemática de complementar salários com horas extras, e isso tudo foi corrigido agora a parte de fevereiro, aquelas... eu acredito que em todas as secretarias, não é Perdigão? Com o plano de cargos e salários, a hora extra foi absorvida pelo vencimento base. Mas por exemplo, havia clínico em posto que tinha, em vez de ele atender cinco ambulatórios, ele atendia dez, os outros cinco fora é extra, entendeu? Então, era uma sistemática muito usada. Nós chegamos a ter dezesseis, dezessete por cento da folha da secretaria com hora extra, com o plano de cargos e salários deve cair para cinco a seis por cento, não desaparece mas reduz bastante." (inaudível) Perdigão: "No caso da saúde tem essas peculiaridades, mas com o plano agora a gente vai corrigir essa situação. Bom, agora ali gente, é um quadro que ele mostra as principais, nós demos destaques como nas audiências anteriores, um grupo de despesas que a gente dá destaque a eles e comparando dois mil e cinco e dois mil e seis; um deles que chama muita a atenção no município é a questão do transporte, locação de veículos, e ali a gente tem separado também as duas grandes secretarias de demanda sociais: saúde e educação e o restante das secretarias e as demais secretarias, incluindo aqui também a parte de obras, dentro das demais. Então, tem um grande serviço transporte para apoio à Secretaria de Obras. Mas ali mostra então, o comportamento em dois mil e cinco e dois mil e seis, no caso da saúde, aí o exercício, aí a questão da saúde lá, há uma gestão no sentido que contribuiu na diminuição, é o que o Ari tem colocado não é, Ari, quando você quiser (inaudível); aumentou o número de veículos atendendo e caiu na gestão mais eficiente lá e diminuiu o custo. No caso da educação houve um acréscimo significativo, e está sendo objeto de um aperfeiçoamento, inclusive nós vamos ter no dia oito um seminário com uma empresa que vem tratar conosco, debater conosco, trazer mais dados, um seminário para tratar a questão do transporte terceirizado, dia oito de março, o pessoal do (inaudível), provocado principalmente pelo, há uma preocupação grande na

Prefeitura como um todo, e a Secretaria de Educação, o Felipe contribui com o assessor lá, fez uma pesquisa e chegou nessa empresa, ela está vindo com a gente aqui fazer um seminário para, onde a gente vai tentar aprofundar essa questão para ter uma gestão mais eficiente na área de transporte." Presidente em exercício: ""João, só para comentar alguns números que são interessantes: manutenção de estrada, ponte e bueiro foi de duzentos e noventa e cinco para três milhões e duzentos." Perdigão: "Esse aqui é o seguinte gente: apesar de ter o nome manutenção, ali permite investimento, então, dentro daquela manutenção está a estrada de Santa Rita, que foi feito em pavimentação e considerada uma melhoria, entendeu? Então manutenção, e não... embora seja um investimento, a lei comporta esse tipo de..." Vereador Kuruzu: (Inaudível). Perdigão: "Dois e seiscentos." Kuruzu: (Inaudível). Presidente em exercício: ""Aumentou trezentos mil, tirando a estrada de Santa de Rita, aumentou trezentos mil mais ou menos." Vereador Kuruzu: "Falou alguma coisa (Inaudível)" Presidente em exercício: ""João, corpo de bombeiro, aquela velha discussão, nós é bancamos sozinhos ainda?" Perdigão: "Não! Ali é o seguinte gente, na questão do corpo de bombeiro que há um crescimento ali, foi uma questão que nós fizemos intervenção lá e foi até muito complicado, porque tem o cento e noventa que é aquele de serviço de urgência do corpo de bombeiro. Mas a Prefe...é um Cento e noventa e três e tem um administrativo, que num convênio a Prefeitura cede ao corpo de bombeiro e infelizmente houve um descontrole deles no uso... um abuso podemos dizer, o que fez crescer aquilo ali foi conta de telefone! Aí nós fizemos inclusive... a gente pediu a Telemar para desligar, para dar choque neles depois de muita conversa; a Telemar, alguém ligou para Telemar e ela entendeu que era um serviço de urgência, religou, quando nós percebemos no mês seguinte novamente a conta, aí fomos a Telemar e falamos: Não, nós... isso é uma decisão administrativa nossa, esse telefone é administrativo. Então, o que fez gerar, infelizmente eu tenho que colocar, porque publicamente é uma questão de gerência lá e que a gente teve que trabalhar..." Presidente em exercício: ""Mas aquela questão que a gente falou sobre ela, que o município de Ouro Preto, ele banca sozinho o corpo de bombeiro e os outros municípios não dão nada, continua assim?" Perdigão: "Tem isso é, nós temos que agora procurar trabalhar..." Presidente em exercício: ""Esse convênio já foi refeito?" Perdigão: "Por que eles (inaudível) aqui. Está sendo refeito esse convênio." Presidente em exercício: ""No ano passado, a gente conversou sobre e previu-se quando o convênio fosse refeito tentaria dividir com os outros municípios." Perdigão: "E, nós estamos buscando isso aqui, a gente estava uma questão muito (inaudível) lá, e a gente agora com melhor estruturação na Secretaria de Governo, a Secretaria de Governo é que gerencia a parte, na lei do... segurança pública. Então, o Renato agora com o Marcos, estão assumindo mais ali dentro dessa nova estruturação a linha de frente, a gente espera corrigir algumas distorções que a gente tem. E, ali, e é importante falar, já que o Flávio falou isso, tem também a Polícia Militar e Polícia Civil, tem um gasto que não aparece ali, ali é mais energia elétrica, material de consumo, telefone, mas no caso da Polícia Civil, o município disponibiliza dez servidores para... e não aparece ali naquele custo, está embutido no nosso custo de pessoal, assim como na Polícia Militar tem um pessoal que da apoio, lá também um número menor..." Vereador Kuruzu falou alguma coisa (Inaudível) Perdigão: "Sim, tarifa, variação de tarifa é questão... o Emerson está aqui? Semae não né? A questão da... um grande problema que nós temos com a questão de energia elétrica, ela se deve, é metade! E dois milhões, depois nós vamos ter isso num quadro, se for o caso aqui, nós vamos projetar por secretarias, por unidade. Mas metade desse valor é o Semae, está sendo buscado agora todo o planejamento do Semae um dos itens de custo dele que busca se reduzir drasticamente é esse, com a questão de nova tecnologia no sistema de bombeamento. Dois milhões e quatrocentos é com a parte do Semae e evidente, bomba. Um milhão e quatrocentos é iluminação pública, é o que o município passa... nós vamos projetar isso daqui a pouco mas só para aproveitar, um milhão e quatrocentos (inaudível) se eu não me engano, é iluminação pública, dois e quatrocentos Semae, só ordem de grandeza e seiscentos e cinqüenta mil se eu não me engano, com os próprios municipais." (Inaudível) Perdigão: "Aprofundando, além dessa informação do Marcos, é importante a gente também, ao pedagógico desse momento: a medida que o município investe, ele cresce a despesa de custeio. Vou dar um exemplo: quando se constrói uma quadra e ilumina, significa que o município vai crescer a despesa por exemplo da iluminação da quadra, do campo de futebol... então, há uma relação que... investimento gera custeio e aí é que é o grande problema do orçamento e finanças, é equilibrar isso dentro das demandas públicas, a qualidade de vida do cidadão, mas buscado equilibrar isso no orçamento. A tecnologia sobre... vou pegar telefone que está chamando muita a atenção lá, nós praticamente dobramos ou mais que dobramos a conta com telefone, mas vou dizer aqui o seguinte: de julho para dezembro, ela houve um descenso de, caiu cento por cento, reduzimos à

metade de cinqüenta por cento. Só para o exemplificar, a contrário da ordem de noventa e seis mil, caiu das demais, porque aí tem separação saúde, educação e as demais, mas todas caíram a metade, por quê? Já intervenção do sistema de acompanhamento de tecnologia que vai se aperfeiçoar esse ano, com o investimento maior que nós vamos ter dentro da área de tecnologia. Isso vale para telefonia e pode ser também aplicado e nós vamos buscar na área de energia elétrica." (Inaudível) Perdigão: "No segundo semestre de agosto para dezembro, nós reduzimos à metade, foi tendo um decréscimo, chegamos à metade, senão... se tivéssemos mantidos o comportamento que houve no primeiro semestre, aquele valor seria bem maior." (Inaudível) Perdigão: "A superintendência da tecnologia da informação, ela cuida dessa parte de tecnologia hoje legalmente no município, e foi dado melhor estrutura a ela de pessoal e agora falta a parte de rede, de equipamento, que nós queremos... inclusive registrar aqui, é uma decisão da Jucof, que no primeiro semestre, nós vamos procurar dentro das possibilidades dar ênfase num investimento que não foi possível no, que era expectativa no ano passado nessa área de tecnologia." (Inaudível) Perdigão: "Ali, está telefonia móvel e fixa; a móvel é cento e trinta mil a diferença é a fixa, e aí... aproveitar aqui, quem leu o Estado de Minas há uns quinze dias atrás, agora em torno do carnaval, saiu muita matéria relativa ao orçamento, e uma delas é para mostrar que essa preocupação está sendo em todos os municípios, há uma tendência natural de demandas sociais crescendo despesas e a receita no fenômeno inverso. Então, falamos por exemplo: lá dentro outras coisas, a Prefeitura de Varginha, falando na intervenção que fez de controle rígido no sistema de telefonia que é o que nós estamos avançando aqui também para reduzir custo." Vereador Kuruzu: "Mesmo tendo havido essa economia a partir de agosto, porque que... vocês identificaram, não? Por que dobrou a conta?" Perdigão: "Muita coisa, é o seguinte: aí (inaudível) ligação de telefonia fixa para móvel, quando você liga de móvel para móvel ou fixa para fixa, a tarifa é menor! Então, nós vamos ter gerenciamento disso, vamos ter todo um sistema de controle para evitar. Fernando você quer falar sobre isso? Mas um dos dados é esse: a tarifação é diferente, um sistema de gerência é esse, evitar esse tipo de ligação. O que nós vamos fazer? Toda Secretaria ter fixo lá no serviço de no controle, cada Secretaria ter um telefone celular fixo lá, de tal forma que todos nós, ao deslocarmos, possamos ligar de móvel para móvel e não para fixo, isso nós, é um sistema que nós vamos contribuir." (inaudível) Perdigão: "É a tecnologia, esse investimento agora é fundamental para reduzir custo. (inaudível) É, e tem... é importante colocar né Marcos que o Léo está falando e é verdade... a tarifa de telefonia e de energia elétrica também teve seu crescimento, isso também impacta naquele valor. Vale alimentação acho que é uma coisa que a gente pode detalhar aqui? Vale alimentação nós tínhamos no ano de dois mil e cinco, só era concedido ao pessoal efetivo, em dois mil e seis, inclusive lei aprovada na Câmara, houve a concessão também para os contratados, além disso, nós marjoramos o valor no acordo coletivo: um grupo passou de sessenta para cem reais, que são aqueles efetivos que ganham remuneração total menor que mil e duzentos. Então, isso fez crescer ali o vale alimentação." (inaudível) Perdigão: "Isso! Bem significativo, vale transporte idem, cresceu também, o números de pessoas trabalhando aumentou." (inaudível) Perdigão: "Dois milhões e quatrocentos." (inaudível) Perdigão: "Nós vamos chegar lá, aí pode... acho que se a minha memória não falha é esse ordem de plano mesmo. Bom gente..." (inaudível) Perdigão: "Só o Semae, a justificativa é o sistema de bombeamento, que é o (inaudível), tem um chamado parâmetro técnico, que chama fator de potência que tem que ser corrigido e registrar aqui, o Emerson não está mas eu sei que o Semae tem feito todo, o planejamento do Semae está sendo no sentido de avançar, para agora efetivar as tecnologias que permitam reduzir bastante estes custos. Bom, ali estava geral, agora aqui é um... tem uma tabela nós não vamos detalhar esse material, vem aqui para a Câmara. Aquilo que nós só destacamos algumas despesas, tem uma tabela que, ela tem uma cerca de três páginas, vários itens, a Câmara vai ter isso em mãos e depois é um material extenso, e depois nós destacamos Secretarias, ali está o gabinete e assim, sucessivamente, até o Semae. (inaudível) Perdigão: "É aqui nós estamos começando agora, ali é o gabinete, tem uma tabela mostrando como que variou o comportamento da despesa ou melhor, do gabinete. Aqui está projetado a tabela e depois tem o gráfico que traduz, é um material mais extenso, mais..." (inaudível) Perdigão: "Empenhou. (inaudível) Isso!" Vereador Kuruzu: (inaudível) Perdigão: "Está aqui em baixo, o total empenhado, depois vem o liquidado é aquilo que efetivamente se executou e atestou-se que esse serviço esse bem foi executado, pagou e o restos a pagar quer dizer a diferença ali o restos a pagar; é aquilo que, ao longo de dois mil e seis..." (inaudível) Perdigão: "Empenhado, liquidado, pago, entre o liquidado e o pago você tem o restos à pagar, aliás, ali está o não processado Luiz? Ah não, então desculpa, é então é a diferença entre o empenhado..." (inaudível) Perdigão: "Processado é o seguinte: no restos à pagar, você tem um que, a

diferença entre o liquidado e o pago vai dar o resto a pagar processado..." Vereador Kuruzu: (inaudível) Perdigão: "Isso, porque tem passos, liquidou mas a Fazenda ainda efetivamente, a tesouraria não pagou." Vereador Kuruzu: (inaudível) Perdigão: "É o pago... entre o liquidado e o pago a diferença, virou o ano é o restos a pagar..." (inaudível) Perdigão: "É o restos a pagar processado, porque aqui está o total, então, a diferença na verdade é com relação ao empenhado." (inaudível) Perdigão: "O não processado é que teve tratamento, é a dificuldade que nós tivemos agora para iniciar dois mil e sete." Vereador Kuruzu: (inaudível) Perdigão: "É porque o monumento está atrelado ao gabinete até..." (inaudível) Perdigão: "Para poder ficar geral." (inaudível) Perdigão: "Lembrando lá: primeira coluna empenhado, segunda liquidado, pago, e o restos à pagar lá, processado e não processado." Vereador Kuruzu: "E lá em baixo no total?" Perdigão: "Luiz, Total lá empenhado previ... valor orçado tá Kuruzu..." O Vereador Kuruzu falou alguma coisa (inaudível) Perdigão: "Vinte e um... (inaudível) Perdigão: "Dezoito! O Fernando, vocês estão entrando num acordo para melhorar? Ah tá!" O Vereador Kuruzu falou alguma coisa (inaudível). Perdigão: "Empenhado, liquidado. Kuruzu: "Dezessete liquidado? Dezessete e duzentos?" Perdigão: "Isso! Dezesseis..." Vereador Kuruzu: "O Léo Feijoadá não tem interesse nesse caso aí não. Secretaria de Obras, então é, vinte e dois milhões de orçamento, é o que estava previsto, é isso? Desses vinte e dois milhões, quanto que era de arrecadação própria e quanto que era de...capital que fala né? Tem aí, não?" Perdigão: inaudível. Vereador Kuruzu: "Isso aqui era então doze de recurso próprio, é isso?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "É recurso próprio que fala?" Perdigão: "É." Vereador Kuruzu: "Doze próprio e...dez de capital?" Perdigão: "Ordem de grandeza tá?" Vereador Kuruzu: "Tá, pois é, pois é...aí empenhou dezoito e quinhentos, dos vinte e dois?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "E liquidou dezessete e duzentos?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "E pagou dezesseis?" Perdigão: "É." Vereador Kuruzu: "Dezesseis e trezentos..." Perdigão: "É aqui ó!" Vereador Kuruzu: "Pagou? Mas o que está liquidado vai ter que pagar, então por isso que tem aquele resto lá?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "Outra coisa Perdigão: e quanto que teve de entrada de capital?" Perdigão: "Aí você tem o número de capital...a diferença entre o (inaudível) previsto, ou melhor, o próprio." Vereador Kuruzu: "É." Perdigão: "Recurso próprio, e o que se empenhou lá, e liquidou, pagou, essa diferença é o que se aplicou de capital, é uma ordem de seis milhões..." Vereador Kuruzu: "Não, o que eu estou querendo dizer é o seguinte: doze milhões estava previsto para gastar do próprio, dez milhões para captar, quanto captou?" Perdigão: "Nenhum! Nesse caso em particular aí, nenhum." Vereador Kuruzu: "Os doze daqui, que estava previsto no orçamento mais..." Perdigão: "Dá seis e alguma coisa, sete milhões..." Vereador Kuruzu: "Não mas, empenhado, mas então não, então mas porque deixou o resto a pagar, você tem que deixar somar o empenhado com o resto a pagar?" Perdigão: "Isso! O processado, porque tem o não processado lá, este..." Vereador Kuruzu: "Deixa eu ver se eu entendi: a Secretaria de Obras gastou no ano passado, no final, restou apurado que ela gastou, ou pagou, ou está para pagar, ou está devendo dezoito e quinhentos é isso?" Perdigão: "É isso!" Vereador Kuruzu: "Não! Não, dezessete e duzentos que foi liquidado, dezessete e duzentos. Então, essa diferença de doze para dezessete...fica cinco milhões e duzentos...é o que se aplicou, pegou de outra secretaria para gastar..." Perdigão: "Do próprio, que foi transformado... da receita de capital." Vereador Kuruzu: "Pois é, tirou de uma secretaria e passou para outra, de um setor passou para outro?" Perdigão: "Não!" Vereador Kuruzu: "Cinco milhões e duzentos..." Perdigão: "Isso se chama suplementação orçamentária." Vereador Vereador Kuruzu: "É cinco e duzentos?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "Vamos dizer que nenhuma secretaria captou nenhum centavo de fora, vamos dizer isso, como se tivesse acontecido, ninguém tivesse captado nada de fora. A Secretaria de Obras teria (inaudível) em cinco milhões e duzentos de outra secretarias, do próprio, que é a arrecadação própria, é isso?" Perdigão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "Doutor Marcos? Não, no orçamento não, o que eu estou me importando é com os cinco milhões e duzentos que a Secretaria de Obras gastou a mais do que ela podia gastar com recurso próprio. Está certo dizer isso?" Perdigão: "É, originalmente está, com o orçamento original..." Vereador Kuruzu: "Como é que é? Não! Se cada um fosse ser disciplinado, só gastar do próprio que pode gastar, o resto se vira para captar lá fora. Esse é isso. A Secretaria de Obras gastou aí doze milhões próprio, que a Prefeitura arrecadou por conta própria é isso? Não! Doze ela gastou, e gastou mais cinco e duzentos, de recurso próprio é isso, não? O Doutor Marcos parece que não está concordando não. Pois é, por isso que eu queria entender, não, eu queria entender isso...pois é...não, eu sei mas só que ele gastou, fez cortesia como chapéu alheio, ele gastou, que não estava...pois é, isso que eu estou dizendo, não captou nenhum centavo por fora e gastou cinco milhões e duzentos a mais; ele teria que ter captado, se ele tivesse captado cinco milhões e duzentos, aí, ele não teria avançado no bolo de

ninguém." Perdígão: "Aí é o planejamento de gestão...para não ficar parecendo..." Vereador Kuruzu: "Eu vou perguntar, quais outras Secretarias mais fizeram isso? Ela gastou mais do que ela...vocês lembram?" Perdígão: "Eu posso te dizer o seguinte: em dois mil e cinco, nós tínhamos uma folga financeira, então, foi feita uma prática muito acentuada em várias secretarias, essa questão de se transformar receita que não estava se realizando mas você tinha um financeiro para cobrir. Então, como nós não tivemos nenhum problema com isso, fechou tranquilo, tanto que nós viramos o ano com três milhões e meio de superávit, quer dizer, nós tínhamos um financeiro e que não tínhamos um orçamentário para aplicar, isso é o superávit, é uma despesa prevista. Esses três milhões, ele foi somado, quando a gente falou: a receita do município é cento e dez, ninguém perguntou não, e fechou lá a despesa em cento e treze, da onde apareceu mais três? Foi o superávit. Esse superávit, você pode suplementar, e deve? É claro, tinha que ter uma aplicação para ele, então, na suplementação, inclusive usou-se esse superávit." Vereador Kuruzu: "...Secretaria de Saúde por exemplo..." Perdígão: "Luís e Fernando, vamos entrar num acordo...aí até... concentrar aqui..." Vereador Kuruzu: "A de Saúde"... Perdígão: "...a despesa por unidade lá..." Kuruzu: "Pegar no pé do Ariosvaldo." Perdígão: "E depois eu faço questão também que...(inaudível) até porque a secretaria que coordena, há uma compreensão às vezes, é natural? Falou assim: ah, o orçamento da Secretaria de Planejamento é quinze milhões, Perdígão e o Luís estão operando o orçamento, eles estão fazendo lá ó, beneficiando a Secretaria...(inaudível)." Vereador Kuruzu: "A Saúde é essa aí? Vamos direto lá em baixo? Já vê o resultado. Ela, o orçado era vinte e três cento e setenta, quanto que foi o liquidado? Perdígão: "Empenhado vinte e quatro." Vereador Kuruzu: "Vinte quatro, liquidou..." Perdígão: "Aí entra a suplementação." Vereador Kuruzu: "Mas desse aí quando que é recurso próprio... como é que é saúde." (Inaudível) Vereador Kuruzu: "Empenhado, ah está em baixo lá, empenhado, vinte quatro milhões empenhado, é isso?" Perdígão: "Isso!" Vereador Kuruzu: "O orçamento era vinte e três..." Perdígão: "Vinte e três." Vereador Kuruzu: "Liquidado vinte e três, cadê? (inaudível) Vereador Kuruzu: "E a saúde por exemplo: ela fez aquilo que a Obras fez em quanto? Por exemplo..." Perdígão: "Aí, (inaudível) acho que o pessoal... tem a questão, por exemplo: a Upa, tem receita de capital por exemplo. Aí vocês podiam tentar..." Não conheço: "Kuruzu, o negócio é o seguinte: o nosso orçamento é vinte e três milhões e nós empenhamos vinte e quatro, por que que aconteceu isso? Por que ao longo do ano, aconteceram, foram adicionado o programa da saúde que não estava previsto para o (inaudível) orçamento, então, é a razão de ter aumentado o empenhado do orçado, está certo? A nossa receita, ela é composto de receita do município e de transferência do Sus e convênio, e é, ocorreu as três situações, está certo? É, mais ou menos quatorze milhões da Prefeitura, oito milhões do Sus é mais ou menos receita capital um milhões e meio, capital nós temos..." Vereador kuruzu: "Vocês captaram?" Não conheço: "Captamos!" Vereador kuruzu: "Quanto?" Não conheço: "Mais ou menos uns mil e quinhentos mais ou menos, oitocentos mil da Upa, uns trezentos da... essa diferença de outros projetos, não estou com eles detalhadamente aqui não." (inaudível) Um milhão e quinhentos! Está certo? Então, vai acontecer o seguinte: nós empenhamos vinte e quatro, liquidamos vinte e quatro, vinte e três e setecentos, quer dizer, nós recebemos o que nós contratamos de serviços. Dos vinte e três setecentos e cinco, nós pagamos praticamente vinte e três milhões, ficou setecentos e cinco mil que estava recebidos, que nós não pagamos, é restos a pagar processado, eu recebi o produto e não paguei. Agora, o empenhado nosso é vinte e quatro quatrocentos e cinquenta e sete, menos vinte e três setecentos e cinco que eu empenhei, ficou um resto a pagar de setecentos e quarenta e um não processado. No banco, eu devo ter, quando eu virei o ano, virei com mais ou menos uns dois milhões e setecentos e estou devendo um e quinhentos, quer dizer, nós temos dinheiro para pagar isso aí, beleza?" (Inaudível) Ariosvaldo: "Em dois mil e seis nós implantamos o Samu que não estava orçado, e implantamos a Farmácia Popular também que não estava orçado. Então, isso se equilibrou para cima?" Perdígão: "Planejamento (inaudível), basicamente a despesa de planejamento, ela envolve pessoal, as obrigações patronais das demais Secretarias, os inativos e pensionistas, então, todo esse corpo aparece ali alocado no orçamento do planejamento, vale alimentação, vale transporte, cresceu o vale alimentação de um milhão para um dois milhões e meio, vale transporte praticamente dobrou, então, todas essas despesas estão coisa; telefonia tirado Saúde, Educação, energia elétrica, tirado educação, Sema, Saúde, tudo está concentrado ali, despesa com a frota, combustível e manutenção, toda ela está no planejamento e ge